



## Defensoria-Geral de Minas Gerais manteve constante articulação e acompanhamento do PLP nº 257/16 na Câmara dos Deputados

PÁGINAS 3 A 9



### Defensora-geral e subdefensor reúnem-se com secretário de Estado de Casa Civil

PÁGINA 10



### Defensoria Pública assina resoluções conjuntas no TJMG visando à melhoria da execução penal no estado

PÁGINA 11



### Defensoria Pública consegue mediação pelo Tribunal de Justiça e suspende reintegração de posse em fazenda ocupada pelo MST

PÁGINA 20

## MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL



### **Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,**

Os últimos quinze dias foram marcados por intenso trabalho de articulação relacionado à votação do PLP nº 257/16, que trata da renegociação da dívida dos Estados e Distrito Federal com a União e altera dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com o objetivo de garantir que o texto aprovado não compromettesse a estrutura e o crescimento da Defensoria Pública, fui à Brasília, nos dias 1º, 08 e 09, onde realizei vários encontros com líderes de bancadas e parlamentares da Câmara dos Deputados, buscando a sensibilização e o apoio dos deputados, a fim de que o PLP não prejudicasse a funcionalidade das defensorias públicas. O projeto foi aprovado na madrugada da quarta-feira (10/08). Algumas conquistas por nós alcançadas foram a retirada do limite de 0,7% de despesas de pessoal da Defensoria Pública e do congelamento das remunerações dos servidores públicos estaduais por dois anos. Além disso, o texto aprovado não realoca aposentados e terceirizados para a rubrica de pessoal. A contrapartida dos estados e do Distrito Federal será a limitação a um teto de gastos, que será recomposto de acordo com o percentual inflacionário do ano anterior. Agora, vamos focar no Senado, para onde o PLP seguirá, após a votação dos destaques na Câmara dos Deputados. Sigamos juntos, em defesa da nossa Instituição e do interesse dos assistidos por ela atendidos.

Outro fato importante para nossa Instituição nesta quinzena foi a reunião com o secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio Rezende Teixeira, ocasião em que, acompanhada pelo subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, apresentamos ao secretário o parecer do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e iniciamos as tratativas para o orçamento de 2017 da Defensoria Pública.

Acompanhe, nesta edição do Boletim, importantes atuações de colegas defensores públicos, como em São Lourenço, onde êxito em decisão beneficiou assistido prejudicado por edital de concurso em contradição com a lei; em Belo Horizonte, com a condenação do Estado de Minas Gerais ao pagamento de pensão a assistido que foi condenado injustamente por crimes de estupro, na década de 90; e, no município de Campo do Meio, onde, através da atuação da Defensoria Pública de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, foi suspensa ordem de reintegração de posse em local que abriga cerca de 600 famílias, após sessão de mediação requerida pela Especializada.

Ressalto ainda, a adesão da DPMG em atos normativos do Tribunal de Justiça, que trarão melhorias para a política de execução penal de Minas Gerais. Durante reunião do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário realizada no dia 08, assinamos resolução conjunta que regulamenta o Programa de Monitoração Eletrônica de Custodiados e portaria conjunta que regulamenta o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (Seeu).

Confira a participação da DPMG em debate sobre violência no campo promovido pela Assembleia Legislativa; na inauguração das novas instalações da Promotora de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes; e em ato público promovido pela Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que marcou o aniversário de 10 anos da Lei Maria da Penha. Acompanhe também a homenagem da Câmara Municipal de Varginha ao defensor público Rodrigo Murad do Prado, que recebeu o título de Cidadão Honorário Varginhense.

No âmbito interno, destaco as reuniões de trabalho realizadas com defensores públicos em atuação em Ipatinga, João Monlevade e Uberlândia; a 3ª sessão extraordinária de 2016 do Conselho Superior; e as edições dos projetos “Bate Papo Legal” e “Sala de Espera”.

Na seara da capacitação, lembro a todos os próximos eventos promovidos pela CCap: dia 12/08 - curso “Audiências de Custódia – Teoria e Prática”, com palestra do advogado criminalista, professor doutor Gustavo Badaró; e “Curatela – A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o CPC/2015” que será ministrada, no dia 22/08, pelo procurador de Justiça do MPMG, professor doutor Nelson Rosenthal. Ambas capacitações serão realizadas no auditório da Unidade I, com gravação para disponibilização posterior na intranet.

Boa leitura!

**Christiane Neves Procópio Malard**  
Defensora pública-geral



ATUAÇÃO EM BRASÍLIA

## Defensoria-Geral de Minas Gerais manteve constante articulação e acompanhamento do PLP nº 257/16 na Câmara dos Deputados

*Desde o mês de março, a Defensoria-Geral de Minas Gerais está acompanhando atentamente a tramitação do PLP nº 257/16, que trata da renegociação da dívida dos Estados e Distrito Federal com a União e altera dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.*

A defensora pública-geral, Christiane Neves Pro-  
cóprio Malard e os assessores da Defensoria-Geral,  
acompanhados de membros do Condege, de direto-  
res da Anadep, Adep-MG, membros de outras asso-  
ciações estaduais e de defensores públicos de outros

estados, realizaram diversos encontros com líderes  
de bancadas e parlamentares da Câmara dos Depu-  
tados, a fim de garantir que o texto aprovado não  
comprometesse a estrutura e o desenvolvimento das  
defensorias públicas.

*continua >>*



Presidente da Anadep, Joaquim Cruz; subdefensora-geral do Distrito Federal, Karla Núbia Rodrigues de Sousa; DPG Christiane Malard; e o defensor-geral do Distrito Federal, Ricardo Batista Sousa



Defensores públicos de Minas Gerais articulam em Brasília: assessor Institucional, Nikolas Katopodis; presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; membro do Conselho Fiscal da Adep-MG, Moacyr Costa Rabello; defensor público Marcos Lourenço Capanema de Almeida; DPG Christiane Malard; vice-presidente da Adep-MG, Heitor Teixeira Lanzellotti Baldez; membro do Conselho Consultivo da Adep-MG, Bruno César Canola; e o assessor Institucional, João Paulo Tórres Dias

Continuação | ATUAÇÃO EM BRASÍLIA

**Defensoria-Geral de Minas Gerais manteve constante articulação e acompanhamento do PLP nº 257/16 na Câmara dos Deputados**

## Retrospectiva

- **No dia 28 de julho**, o assunto foi debatido em reunião no gabinete da Defensoria-Geral, com as presenças da DPG, do subdefensor-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; da chefe de gabinete, Luciana Leão Lara; dos assessores Institucionais, Cibele Cristina Maffia Lopes e João Paulo Tôrres Dias; do assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins; além dos representantes da Adep-MG, presidente Eduardo Cyrino Generoso, vice-presidente Heitor Baldez; e diretor para Assuntos Institucionais e Parlamentares, Flávio Aurélio Wandeck Filho.
- **No dia 29**, a defensora-geral encaminhou aos defensores públicos, via e-mail institucional, memorando circular, informando à classe acerca do contexto político.
- Em continuidade, **no dia 1º de agosto**, a defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Malard, esteve em Brasília, acompanhada pelo



Reunião no gabinete da Defensoria-Geral

assessor Institucional João Paulo Torres Dias e pelo defensor público Gério Patrocínio Soares. Na Câmara dos Deputados, o grupo conversou com diversas lideranças sobre os impactos do PLP para as defensorias públicas, buscando a sensibilização e o apoio dos parlamentares. A articulação foi intensificada pelos defensores no **dia 02 de agosto**.



DPG  
Christiane  
Malard  
acompanhada pelo  
assessor  
Institucional  
João Paulo  
Tôrres Dias  
e pelo  
defensor  
público  
Gério  
Patrocínio  
Soares



Assessor João Paulo Tôrres Dias e o defensor Gério Patrocínio Soares acompanhados por representantes de defensorias e associações de classe

- **No dia 08 de agosto**, a DPG Christiane Malard e os assessores Institucionais, João Paulo Tôrres Dias e Nikolas Katopodis, voltaram à Câmara dos Deputados e retomaram a articulação. Na madrugada de quarta feira (10/08), o deputado Esperidião Amim, relator da matéria, apresentou nova emenda substitutiva, que foi aprovada. O novo texto aprovado passou a prever medidas de restrição fiscal a serem assumidas por estados

e pelo Distrito Federal. Entretanto, para permitir a aprovação da proposta, o Governo Federal recuou e aceitou retirar do texto o congelamento das remunerações dos servidores públicos estaduais por dois anos, sendo que, apesar disso, a proposta ainda limita o crescimento anual das despesas primárias de estados e do Distrito Federal, à variação da inflação medida pelo IPCA no ano anterior.

continua >>



Continuação | ATUAÇÃO EM BRASÍLIA

**Defensoria-Geral de Minas Gerais manteve constante articulação e acompanhamento do PLP nº 257/16 na Câmara dos Deputados**



Representantes das defensorias públicas do Brasil, Condege, Anadep e associações de classe

Na prática, apesar da não vedação de aumentos e vantagens, o texto limita o próprio crescimento do orçamento, ao IPCA acumulado no ano anterior, o que significa séria restrição do orçamento global no período fixado na proposta.

Assim, como ainda existem pontos no projeto com os quais a Defensoria Pública não concorda, por sugestão das defensorias públicas de todo o país, diversas lideranças e parlamentares apresentaram emendas ao PLP, com o objetivo de evitar a estagnação da Instituição e descumprimento da Emenda Constitucional nº 80/2014.

As emendas serão analisadas na forma de destaque, sendo que a primeira sessão extraordinária, convocada para a manhã do dia 10, foi encerrada por falta de quórum. A Defensoria Pública-Geral permanecerá acompanhando os desdobramentos da questão, em comunhão de esforços com os deputados mineiros, o Condege, a Anadep e a Adep-MG.



Defensores públicos reunidos para debater o texto e elaborar a emenda

DPG e representantes de defensorias públicas acompanhados pela liderança do PMDB na Câmara Federal







Continuação | ATUAÇÃO EM BRASÍLIA

**Defensoria-Geral de Minas Gerais manteve constante articulação e acompanhamento do PLP nº 257/16 na Câmara dos Deputados**



Deputado federal, Valtener Pereira (PMDB), assina emenda proposta pelas defensorias públicas



Defensora-geral, Christiane Malard, acompanhada pelos deputados federais, Pauderney Avelin (líder do DEM) e Laudívio Carvalho (PMDB)



DPG, representantes de defensorias e associações de vários estados, e o deputado federal Rogério Rosso (PSD)



O deputado Valtener Pereira foi um dos parlamentares com quem os representantes das defensorias buscaram apoio





Continuação | ATUAÇÃO EM BRASÍLIA

**Defensoria-Geral de Minas Gerais manteve constante articulação e acompanhamento do PLP nº 257/16 na Câmara dos Deputados**



Christiane Malard e o deputado federal Patrus Ananias

Assessor Institucional João Paulo Tôrres Dias e a defensora-geral, Christiane Malard



Defensores públicos e a deputada estadual de Roraima, Lenir Rodrigues



Presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso; assessor Institucional, João Paulo Tôrres Dias; DPG Christiane Malard; vice-presidente da Adep, Heitor Baldez; e o defensor público Moacyr Costa Rabello



Defensores públicos-gerais da Bahia e de Minas Gerais, Clériston Cavalcante de Macêdo e Christiane Malard



Articulação com o líder do PT, deputado federal Afonso Florence





## Defensora-geral e subdefensor reúnem-se com secretário de Estado de Casa Civil

Dia 02.08.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, reuniram-se com o secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio Rezende Teixeira.

Na reunião, a DPG e o subdefensor apresentaram formalmente ao secretário o parecer do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais relativo à consulta formulada pela defensora-geral ao órgão.

Conforme o parecer do TCE-MG, diante da auto-

nomia constitucional administrativa e financeira da Defensoria Pública, a ela não se aplicam as vedações do art. 22 e medidas previstas no art. 23, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, na hipótese de o Poder Executivo exceder seu próprio limite de gastos com o pessoal (prudencial ou total).

Ainda durante o encontro, a defensora pública-geral, Christiane Malard, e o subdefensor-geral, Wagner Ramalho, deram início às tratativas para o orçamento de 2017 da Instituição.



Subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; e o secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio Rezende Teixeira

## Conselho Superior realiza 3ª reunião extraordinária

No dia 05.08.2016, durante a 3ª sessão extraordinária do CSDPMG de 2016, a defensora pública-geral e presidente do Conselho Superior, Christiane Neves Procópio Malard, comunicou aos demais conselheiros

e defensores públicos presentes à sessão os informes da Defensoria-Geral.

[Clique aqui para ler os informes da Defensoria-Geral](#)





## Defensoria Pública assina resoluções conjuntas no TJMG visando à melhoria da execução penal no estado

*No dia 08.08.2016, o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, acompanhado pelo coordenador Regional da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araujo, participou de reunião de trabalho do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), ocasião em que foram assinados diversos atos normativos que trarão melhorias para a política de execução penal de Minas Gerais.*



**Coordenado pelo presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, o encontro contou com a presença de autoridades ligadas ao sistema de justiça penal do estado**

Algumas iniciativas serão adotadas em parceria com outros órgãos e entidades. Os atos normativos preveem a implantação e/ou a regulamentação do uso de sistemas, recursos e programas. Em alguns casos, iniciativas já implantadas serão ampliadas. Todas as medidas têm o objetivo de melhorar a execução penal, garantindo mais agilidade ao trabalho e o cumprimento dos direitos das pessoas que estão cumprindo pena.

Durante a reunião, o presidente Herbert Carneiro falou sobre a importância da soma de esforços para minimizar os problemas encontrados no sistema de justiça penal.

Um dos atos normativos regulamenta o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (Seeu), criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O sistema permite o controle informatizado da execução penal na primeira instância. A portaria conjunta estabelece uma fase como projeto-piloto e, posteriormente, a implantação nas demais unidades judiciárias com competência para o julgamento de ações penais.

Outro ato trata da regulamentação dos recursos

decorrentes das prestações pecuniárias, que são valores pagos em dinheiro no caso das transações penais – quando é aplicada uma pena não privativa de liberdade ao acusado de um crime de menor potencial ofensivo – ou a partir de sentenças condenatórias.

Segundo o desembargador Herbert Carneiro, atualmente o Judiciário dispõe de mais de R\$ 40 milhões oriundos do pagamento de penas pecuniárias, que podem ser aplicados em uma série de projetos, como, por exemplo, os de conclusões de Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (Apacs). As Apacs são instituições onde o cumprimento da pena é feito de forma humanizada, buscando a reinserção social do preso e a não reincidência no crime.

Uma das portarias conjuntas assinadas, inclusive, fixa normas para a transferência de presos em cumprimento de pena privativa de liberdade para os Centros de Integração Social (CRS) geridos pelas Apacs.

Continuação

### **Defensoria Pública assina resoluções conjuntas no TJMG visando à melhoria da execução penal no estado**

Uma das exigências é que o condenado mantenha vínculos familiares ou sociais na região do estado onde está localizado o CRS.

A destinação dos recursos oriundos do pagamento das penas pecuniárias será alvo de outra medida, que é o estudo de viabilidade de construção de uma plataforma eletrônica para o gerenciamento dessas quantias.

Durante a reunião, também foi assinado um documento que institui o Programa Julgar, que é uma rede ampliada de Justiça Criminal. Esse programa prevê uma atuação direcionada para as varas criminais com maior taxa de congestionamento. Por meio do programa, os juízes receberão apoio para dar vazão ao grande número de processos. Também a ampliação do sistema de gravação de audiências terá expansão imediata, contemplando as comarcas do interior.

Entre as ações anunciadas, está o redesenho do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), que acompanha o portador de sofrimento mental que cometeu algum crime.

A reunião serviu ainda para a assinatura de resoluções que tratam do projeto de remição da pena pela leitura, do monitoramento de presos pelas tornozeleiras eletrônicas e para a desativação, conforme um cronograma, de 89 cadeias públicas administradas pela Polícia Civil do estado.

As resoluções foram assinadas por diversas autoridades, conforme o tema e o órgão responsável pela iniciativa abordada. A Defensoria Pública de Minas



**Defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima (2ª posição, à direita), durante a assinatura dos documentos**

Gerais é signatária na resolução conjunta que regulamenta o Programa de Monitoração Eletrônica de Custodiados e na portaria conjunta que regulamenta o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (Seeu).

Também estiveram presentes na reunião o corregedor-geral de Justiça, desembargador André Leite Praça; o coordenador executivo do Programa Novos Rumos, desembargador José Antônio Braga; o procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani Bitencourt; o secretário de estado de Defesa Social, Sérgio Barboza Menezes; o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel Marco Antônio Badaró Bianchini; o delegado-geral João Otacílio da Silva Neto; e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves. *(Com informações do TJMG)*

## **Defensoria Pública e Sebrae estudam a formalização de parceria**

No dia 1º de agosto, a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara, e o coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor, Daniel Firmato de Almeida Glória, reuniram-se com representantes do Serviço Brasilei-

ro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae Minas), visando a estreitar relações e a analisar possível formalização de parceria entre a Defensoria Pública e a entidade.



**Em sentido horário: analista de Políticas Públicas do Sebrae Minas, Nilo Augusto Remigio Raposo; gerente da unidade de Políticas Públicas, Jefferson Ney Amaral; chefe de gabinete, Luciana Leão Lara; e o coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor, Daniel Firmato de Almeida Glória**



## Servidoras da Casa Civil visitaram a Defensoria Geral

No dia 4 de agosto, as assessoras da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, Isadora Lacana e Isabele Bachtold, visitaram a Defensoria Geral, a fim de conhecer as ações da Instituição em relação às vítimas do rompimento da barragem de mineração da empresa Samarco, em Mariana. Participaram da reunião a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, a chefe de Gabinete da DPMG, Luciana Leão Lara, e o coordenador substituto da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais

(DPDH), Aylton Rodrigues Magalhães.

Durante a reunião, foram destacadas as ações já realizadas pela DPDH e pelas Defensorias nas Comarcas de Ponte Nova e Governador Valadares, além da criação de uma comissão interna responsável pela logística dos trabalhos da DPMG, em relação ao Programa de Negociação Continuada (PNC), a ser firmado entre a empresa e os impactados, que se encontra em fase de análise, pela comissão, dos critérios de indenização propostos pela Samarco.



A chefe de Gabinete da DPMG, Luciana Leão Lara; o coordenador substituto da DPDH, Aylton Rodrigues, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; e as servidoras da Casa Civil da Presidência da República, Isadora Lacana e Isabele Bachtold

## Comissão interna da DPMG reúne-se com advogados da Samarco para o início das tratativas do Programa de Negociação Continuada

Dia 08.08.2016, no gabinete da Defensoria Geral, foi realizada mais uma reunião entre os membros da comissão interna, criada pela Resolução 093 de 2016, para análise dos critérios de indenização apresentados pela empresa Samarco aos impactados. Participaram a chefe de Gabinete da DPMG, Luciana Leão Lara; o coordenador Regional e Local de Governador Valadares, Calânico Sobrinho Rios; o Coordenador substituto da DPDH, Aylton Rodrigues Magalhães; a coordenadora Local de Ponte Nova, Fernanda Saraiva

e os defensores públicos, Lucas Simões e Frederico de Sousa Saraiva.

Ainda no mesmo dia, a comissão reuniu-se, à tarde, com advogados da empresa, ocasião em que foram apresentados alguns questionamentos por parte dos defensores públicos. Segundo os advogados da Samarco, o programa de negociação deverá iniciar-se na segunda quinzena de setembro. A comissão ficou de enviar um documento por escrito à empresa, contendo algumas observações em relação à Matriz de danos.



Os representantes da Samarco, o coordenador de Operações, Sérgio Pires Dias e a advogada Waleska de Figueiredo Maciel Silveira; o defensor público, Lucas Simões; o coordenador Regional e Local de Governador Valadares, Calânico Sobrinho Rios; a chefe de Gabinete da DPMG, Luciana Leão Lara; o coordenador substituto da DPDH, Aylton Rodrigues Magalhães; e a coordenadora Local de Ponte Nova, Fernanda Saraiva

## Eventos

### DPMG participa da inauguração das novas instalações da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes

O assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins, representou a defensoria pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na solenidade de inauguração das novas instalações da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – Cível, dia 2.08.2016, à rua Tamoios, 831, Centro da Capital.

Participaram da cerimônia, membros e servidores

do MPMG, representantes do Poder Judiciário, Defensoria Pública, Governo de Minas Gerais, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Prefeitura de Belo Horizonte, Câmara Municipal de Belo Horizonte, entre outros. O evento também contou com a participação da Orquestra Jovem do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que é composta, em parte, por adolescentes que cumpriram algum tipo de medida socioeducativa.



O assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins; o secretário estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda; as promotoras de Justiça, Matilde Fazendeiro Patente e Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema; o deputado estadual, André Quintão; e o promotor de Justiça, Celso Penna Fernandes Júnior

### Defensoria Pública participa da solenidade de assinatura de termo de cooperação entre o TJMG e a Prefeitura de Contagem

A coordenadora Local de Contagem, Elisa Schroder Alves César, e a defensora pública, Silvia Leonel Ferreira, em atuação na comarca de Contagem, participaram da solenidade de assinatura, dia 02.08.2016, do Termo de Cooperação Técnica (TCT), entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e a prefeitura de Contagem, que visa ao desenvolvimento de ações conjuntas e coordenadas para implantação do Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde (Nats) do Hospital das Clínicas da UFMG no município.

A solenidade, realizada no Parque Florestal Gentil

Diniz, contou com a presença de diversas autoridades civis e militares. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é parceira da iniciativa.



O prefeito de Contagem, Carlos Magno de Moura Soares; a defensora pública, Silvia Leonel Ferreira; a coordenadora Local de Contagem, Elisa Schroder Alves César; e o presidente do TJMG, Herbert Carneiro



Continuação | EVENTOS

## Defensoria Pública participa de debate sobre violência no campo promovido pela Assembleia Legislativa

A defensora pública Ana Claudia Alexandre, em atuação na Defensoria de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no debate público sobre Segurança no Campo no Plenário da ALMG, dia 1º de agosto.

Promovido pelas Comissões de Segurança Pública e de Agropecuária e Agroindústria da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o encontro discutiu o aumento da criminalidade na zona rural do Estado e as alternativas para o seu enfrentamento.



Encontro na Assembleia Legislativa discutiu a violência no campo e as alternativas para o seu combate

## Defensoria Pública participa de roda de conversa sobre democratização do Judiciário

A defensora pública Ana Claudia da Silva Alexandre, em atuação na Defensoria de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na roda de conversa “Que Justiça queremos e precisamos?”, que debateu a democratização do Poder Judiciário. O evento foi realizado no dia 05.08.2016, na Faculdade de Direito da UFMG, na Capital.

Durante o encontro, foi lançado o livro “Justiça e Direitos Humanos: Olhares críticos sobre o Poder Judiciário em 2015”, que compila 12 experiências de

assessoria jurídica popular no campo da defesa dos direitos humanos.

Do debate, participaram, entre outros, o juiz André Bezerra, do Conselho Executivo da Associação Juízes para a Democracia (AJD); a cientista social e advogada popular da Terra de Direitos e integrante da JusDh, Maria Eugenia Trombini; e integrantes do Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular e da Clínica de Direitos Humanos da UFMG.

continua >>



Continuação | EVENTOS

**Defensoria Pública participa de roda de conversa sobre democratização do Judiciário**



Encontro debateu a necessidade da democratização dos sistemas de Justiça

## Defensoria Pública presente em palestra promovida pelo MPMG no projeto “Segunda-feira, 18h”

O coordenador da Área Criminal da Capital, Fernando Luís Camargos Araújo, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Marlard, no dia 08.08.2016, no projeto “Segunda-feira, 18h”, promovido pelo Ministério Público de Minas

Gerais, no auditório Vermelho da Procuradoria-Geral de Justiça.

Na ocasião, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, proferiu palestra sobre o tema “O Ministério Público e os novos paradigmas”.

O coordenador da Área Criminal da Capital, Fernando Luís Camargos Araújo, na palestra promovida pelo Ministério Público





Continuação | EVENTOS

## Defensoria Pública participa de evento em prol da não violência contra a mulher

No domingo, dia 07.08.2016, a assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes, e a defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência, participaram de atividade que marcou o aniversário de 10 anos da Lei Maria da Penha, promovida pela Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, da qual a Especializada é integrante.

Com o nome “10 anos da Lei Maria da Penha: o que temos a dizer?”, o evento aconteceu nos arredores da Feira de Arte e Artesanato, em Belo Horizonte, e atraiu a atenção dos frequentadores da feira, para a luta em prol da não violência contra a mulher.



Defensoras públicas Samantha Vilarinho e Cibele Maffia, acompanhadas pelo secretário estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda

### SUBSTITUIÇÕES NA DPMG

## Defensor público Fernando Martelleto assume trabalhos perante as Câmaras Criminais do TJMG

O defensor público Fernando Campelo Martelleto assumiu, no dia 25 de julho, as atividades perante as Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em substituição ao defensor público Flávio Rodrigues Lelles.

A Desits Criminal disponibiliza, junto ao TJMG, o trabalho de um defensor público, encarregado de fazer

sustentações orais e despachar processos com os desembargadores.

Em sua atuação, Fernando Martelleto receberá os pedidos dos defensores públicos de 1ª Instância e fará o intercâmbio necessário para afirmação de teses, dando prosseguimento ao trabalho desenvolvido por Flávio Lelles.

## Novos coordenadores regionais e assessores da Defensoria-Geral

Na Defensoria-Geral, a defensora pública Cibele Cristina Maffia Lopes foi designada para o exercício das funções de assessora Institucional. Na Assessoria de Planejamento e Infraestrutura, assumiu a defensora Tifanie Avellar Carvalho (Resolução 106/2016). Na mesma resolução, o defensor Fernando Luis Camargos Araújo reassumiu a Coordenadoria Regional Criminal da Capital.

Para o exercício das funções de coordenador Regional das Famílias e Sucessões da Capital, foi designada a defensora pública Michelle Lopes Mascarenhas (Resolução 119/2016).

E na Defensoria Especializada da 2ª Instância Criminal, a defensora pública Cláudia Marcela N. Câma-

ra Fernandes passou a exercer as funções de coordenadora local (Resolução 122/2016).

### Subcoordenadorias

Com a Resolução nº 120/2016, a Defensoria-Geral criou a Subcoordenadoria de Convênios e Parceria, cujas atribuições consistem em captar, formalizar, gerir e prestar contas dos Convênios, além de celebrar termos de cooperação técnica, entre outras. Foi criada também, por meio da mesma resolução, a Subcoordenadoria de Projetos, com o principal propósito de gerenciar a carteria de projetos da Defensoria Pública. Ambas estão vinculadas à Coordenadoria de Projetos e Convênios.



## Artigo de defensor público é publicado na *Revista Brasileira de Direito Processual*

O defensor público Marco Paulo Denucci Di Spirito, em atuação na área Cível da Capital, publicou artigo na *Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro*, ano 24, n. 94, apresentando resposta ao seguinte questionamento: “A elaboração de enunciados para orientar a interpretação de uma nova legislação é algo positivo sob o ponto de vista científico e pragmático?”.

Ao lado do defensor, também explanaram sobre a mesma proposição, o juiz federal substituto em Ribeirão Preto, Eduardo José da Fonseca Costa, e o advogado e professor, Glauco Gumerato Ramos.

***Clique aqui para conferir o artigo completo.***



**Defensor público Marco Paulo Denucci Di Spirito**

### AÇÕES EM DESTAQUE

## DPMG em São Lourenço obtém êxito em decisão e beneficia assistido prejudicado por edital de concurso em contradição com a lei

Por meio da atuação do defensor público Roger Vieira Feichas, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) concedeu antecipação de tutela contra o Estado de Minas Gerais e determinou que o mesmo aceite matrícula de assistido da Defensoria Pública na comarca de São Lourenço em curso de formação de soldado da PMMG, decorrente de aprovação em concurso público visando à contratação de soldados do quadro de praças para preenchimento de vagas do interior do estado. O processo tramita no Juizado Especial da Fazenda Pública em 1ª instância na comarca de São Lourenço (numeração única: 0054184-39.2016.8.13.0637).



**Defensor público Roger Vieira Feichas**

### Entenda o caso

O assistido foi aprovado para o cargo de soldado nas quatro fases previstas do concurso público da Polícia Militar de Minas Gerais, aberto por meio do Edital DRH/CRS Nº 10/2015, de 10 de julho de 2015. Apesar de ter sido convocado para realização da matrícula no curso de formação, teve sua inscrição indeferida sob o argumento de não atender o item 2.1, b, do Edital, consistente na exigência de possuir “ensino superior completo”.

O defensor público Roger Feichas explica que “a exigência se mostra incabível, porquanto o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais foi alterado pela Lei Complementar Estadual nº 115/2010, exigindo, sim, o nível superior de escolaridade para o cargo almejado (art. 6-B inserto pela LCE), mas, no entanto, a referida lex teve, neste ponto, prorrogada a vigência para o prazo de cinco anos *ad-futurum* (art. 6º, da LCE), valendo, assim, a admissão de candidato que ostente o nível médio”.

Ainda segundo o defensor público Roger Feichas, o prazo da prorrogação, que iria se expirar somente em agosto de 2015, foi postergado por igual período pelo Decreto nº 413/2015, do governador de Minas Gerais, de forma que até agosto de 2020, o cargo do objeto do certame exige apenas o nível médio de escolaridade.

*continua >>*





Continuação

**DPMG em São Lourenço obtém êxito em decisão e beneficia assistido prejudicado por edital de concurso em contradição com a lei**

“Além disso”, completa o defensor, “verifica-se que o Edital do presente concurso foi publicado em 10 de julho de 2015, de forma a deter exigência em confronto com a lei, ou seja, curso superior quando deveria ser o médio. E, o autor, mesmo tendo manejado o recurso

cabível diante de tal incoerência, obteve resultado negativo, atrelado tão-só à regra do edital, o que se apresenta incoerente e afrontoso à lei, principalmente pela circunstância do próprio edital prever sua obediência às normas vigentes e alteradoras após sua publicação”.

## Defensoria Pública obtém tutela antecipada em ação que obriga Estado a pagar pensão a condenado injustamente por estupros na década de 1990

A Defensoria Pública obteve, no dia 4 de julho, a antecipação de tutela pleiteada nos autos da ação de nº 5054558-63.2016.8.13.0024, que tramita na 5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias, em favor de Eugênio Fiuza de Queiroz, na qual determina ao Estado de Minas Gerais o pagamento mensal, ao assistido, de pensão alimentícia no valor de cinco salários mínimos.

A ação foi ajuizada pela defensora pública Ana Claudia Alexandre, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, e hoje é acompanhada pela defensora pública Luciana Murta, em atuação na Defensoria da Fazenda Estadual.

De acordo com a defensora pública Ana Claudia Alexandre, “a inicial ressaltou o conteúdo econômico da liberdade. A liberdade, numa sociedade capitalista possui conteúdo econômico. Não é plenamente livre aquela pessoa que não possui meios suficientes de subsistência, pois, está cerceada de usufruir das mínimas condições de vida necessárias para seu bem estar e plenitude de existência. A dignidade, no caso, está intimamente relacionada à personalidade. O assistido, ao voltar a conviver no meio social, tenta resgatar a pessoa que ficou perdida nos mais de 18 anos de cárcere. Portanto, não é a condição atual de uma pessoa de 66 anos de idade, sem emprego ou aposentadoria, sem oportunidade de trabalho, que lhe abrirem as portas para usufruir da vida financeira à qual estava acostumado antes de ser preso. A conquista da liberdade plena, que inclui a financeira, é neste caso em concreto, um direito do assistido e um dano à sua pessoa enquanto ela não for obtida”, destaca a defensora pública.

### O engano

Eugênio Fiuza foi detido em 1995, depois de ter sido reconhecido na rua por uma das vítimas como autor do estupro. Levado à Delegacia Especializada em Crimes



**Eugênio Fiuza de Queiroz**

contra a Mulher, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, foi reconhecido por mais oito vítimas de estupro. Ele foi mantido em custódia até que fosse decretada sua prisão. Mesmo depois da prisão dele, crimes com as mesmas características voltaram a acontecer. O artista plástico foi condenado a 37 anos de prisão por cinco crimes de estupro.

O caso só começou a ser esclarecido depois que, em março de 2012, a polícia prendeu Pedro Meyer Ferreira Guimarães, reconhecido por uma de suas vítimas, estupro no bairro Cidade Nova, região Centro-Sul de Belo Horizonte em 1997. Depois disso, ele foi reconhecido ainda por várias outras vítimas. Com a prisão de Meyer ficou clara a semelhança dele com Queiroz.

No início de 2014, Eugênio Fiuza foi encaminhado pelo Núcleo de Apoio às Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV) para atendimento pela área Criminal da Defensoria Pública, que obteve a suspensão do uso de tornozeleira e a revisão judicial das cinco condenações sofridas pelo assistido, com atuação dos defensores públicos Ricardo de Araújo Teixeira e Wilson Hallak.



# Defensoria Pública consegue mediação pelo Tribunal de Justiça e suspende reintegração de posse em fazenda ocupada pelo MST

Por meio da atuação da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), foi suspensa a ordem de reintegração de posse na Fazenda Ariadnópolis, no município de Campo do Meio, no Sul de Minas Gerais, onde um assentamento está instalado há, pelo menos, 14 anos.

## O caso

A Fazenda Ariadnópolis, com área de 3,6 mil hectares, sediava a Usina Ariadnópolis Açúcar e Álcool S/A. A escritura do terreno estava em nome da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (Capia), que faliu em 2002. Nessa ocasião, o MST organizou o assentamento. Algumas ocupações foram iniciadas em 1997, quando a operação da usina já estava suspensa. De acordo com o movimento, atualmente cerca de 600 famílias moram na fazenda.

Houve recurso de agravo de instrumento em face de ordem liminar de reintegração de posse proferida pelo juízo da Vara Agrária de Minas Gerais, a ser cumprida na comarca de Campos Gerais, por meio de carta precatória.

Segundo o defensor público Aylton Rodrigues Magalhães, que acompanhou o caso, “existiam riscos de danos irreparáveis, por haver resistência dos posseiros, e repercussão negativa para a integridade das pessoas, pois inúmeras famílias estão abrigadas no local”.

A Defensoria Pública peticionou ao relator do agravo e à presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, requerendo a designação de conciliação em segundo grau de jurisdição, perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Territoriais, Urbanas e Rurais e de Grande Repercussão Social (Cejus Social), de modo a tentar a solução pacífica do conflito possessório.

Em atendimento ao requerimento da Defensoria Pública, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, editou a Portaria 3403/PRT/2016, designando o desembargador Alberto Diniz Júnior para exercer a função de coordenador do Cejus Social e atuar especificamente no caso.

No dia 02 de agosto de 2016, foi realizada sessão de mediação, presidida pelo desembargador Alberto Diniz, com a presença das partes, da Defensoria Pública e do Ministério Público.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) conseguiu chegar a um acordo com os autores, a fim de suspender a reintegração de posse do terreno onde está instalado o assentamento. Os ocupantes se comprometeram a se retirar da sede do terreno e ocuparem uma área menor, enquanto a Justiça julga a validade de um decreto de desapropriação assinado em março pelo governo de Minas Gerais. Os ocupantes também poderão reativar uma escola no local.

FOTO: MARCELO DI CARLI / SEGOV

**Defensor público, Aylton Rodrigues Magalhães (2ª posição, à direita), participa da audiência de mediação, além do advogado-geral do Estado, Onofre Alves Batista Júnior; do secretário de Estado de Governo, Odair Cunha; e de representantes do MST e dos proprietários da Fazenda Ariadnópolis**





## COOPROC | CCAP

COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS | COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

## Defensoria Pública e TJMG reúnem-se para discutir renovação de parceria para realização do Mutirão Direito a ter Pai

Dia 09.08.2016, as assessoras da Defensoria-Geral, Diana de Lima Prata Camargos e Hellen Caires Teixeira Brandão, acompanhadas da coordenadora da Defensoria de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Lopes Glaeser, reuniram-se com a juíza auxiliar da presidência do TJMG, Luzia Divina de Paula Peixôto, para discutir a renovação da parceria entre as instituições para a realização do Mutirão Direito a ter Pai em 2016.

Este ano, o mutirão será realizado simultaneamente em 38 comarcas, dia 07 de outubro.

Coordenadora da Defensoria de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Lopes Glaeser; juíza Luzia Divina de Paula Peixôto; assessoras da Defensoria-Geral, Diana de Lima Prata Camargos e Hellen Caires Teixeira Brandão



## Palestra “Curatela – A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o CPC/2015”

No dia 22 de agosto, a Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria de Capacitação, promoverá a palestra “Curatela – A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o CPC/2015” ministrada pelo procurador de Justiça do MPMG, professor doutor Nelson Rosenvald.

A palestra será gravada e ficará disponível na intranet para todos os defensores públicos.

**Curador especial** – Com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, será nomeado um defensor público como curador especial (§ 2º, art. 752) sempre que o curatelado não constituir um advogado. Esta é a grande importância da capacitação em curatela.

**Palestra**

**Curatela**  
A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o CPC/2015

**Dia 22 de agosto de 2016**  
De 18 às 20 horas

Auditório da Defensoria Pública de MG  
Unidade I – Rua Bernardo Guimarães, 2.640, 3º andar, BH-MG

Com o professor  
**Dr. Nelson Rosenvald**

Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1988), mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004) e Doutor em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Pós-doutor em Direito Civil pela Università degli Studi Roma Tre / Itália (2011). Procurador de Justiça do MPMG. Tem experiência na área de Direito Civil atuando principalmente nos seguintes temas: Obrigações, Tort Law, Contratos, Direitos de Propriedade, Direito de Família.

**Inscrições até o dia 12/08/2016** pelo e-mail:  
coordenadoriadecapitacao@defensoria.mg.def.br

Os interessados devem informar: nome completo, órgão de atuação e telefone.

Organização:

 **CCap**  
Coordenadoria de Capacitação

Rua Bernardo Guimarães, 2.640, 3º andar | Defensoria Pública - Coordenadoria de Projetos e Convênios  
Bairro Leste Aguiar, 32.540-000 - BH-MG, Br. 1 - 308 3021

## ‘Bate-Papo Legal’ aborda temas da Inicial Cível de Direito Público

A Coordenadoria de Capacitação realizou, dia 29.07.2016, mais uma edição do “Bate-Papo Legal”. A defensora pública Marina Gomes de Carvalho Pinto, em atuação na Inicial Cível de Direito Público, tirou dúvidas e prestou esclarecimentos sobre os procedimentos da área. Temas como ações referentes a concursos públicos, heranças, transferência de propriedade, usucapião, questões relativas a taxas e impostos públicos, bem como documentos exigidos para cada procedimento foram abordados.

Para Marina Gomes, “o Bate-Papo Legal é um momento importante para a aproximação de defensores públicos e servidores; uma oportunidade para a troca de experiência e de conhecimento, necessária para o aprimoramento dos trabalhos e também do serviço oferecido pela Defensoria Pública aos assistidos”. E completou: “o diálogo é fundamental para resolver dúvidas e esclarecer procedimentos, permitindo uma visão ampla do trabalho realizado”.

A defensora pública Marina Gomes de Carvalho Pinto tirou dúvidas e prestou esclarecimentos sobre os procedimentos da Inicial Cível de Direito Público



## Inicial Cível de Direitos Reais

Em mais uma edição do “Bate-Papo Legal”, realizada no dia 05.08.2016, a defensora pública Fábيا Hortência Vieira, em atuação na Inicial Cível de Direitos Reais, falou sobre os procedimentos da área. Temas como usucapião e reintegração de posse, registro de loteamento e terrenos foram abordados, bem como, documentos exigidos para cada

procedimento, na conversa com os servidores do Atendimento.

Para Fábيا Hortência Vieira, “o Bate-Papo Legal é uma oportunidade interessante para a troca de experiência e o diálogo, com esclarecimentos que tiram as dúvidas surgidas no atendimento diário dos assistidos pela Defensoria Pública”.



Bate-Papo Legal tratou das questões do atendimento da Inicial Cível de Direitos Reais

## Capacitando servidores

Idealizada pela coordenadora de Atendimento da Capital, Eden Mattar, o *Bate-Papo Legal* integra as atividades da Coordenadoria de Capacitação. Por meio do projeto, defensores públicos e servidores interessados têm a oportunidade de falar um pouco sobre sua atividade, para aprimorar a capacitação dos funcionários, tanto no tocante à parte prática, profissional, quanto em relação ao lado pessoal e emocional.



Continuação COOPROC | CCap

## “Sala de Espera – Oficinas de cidadania”

### “Sala de Espera” propõe reflexão sobre paternidade

Com a palestra “Ser pai é...”, a defensora pública Eliane Medeiros convidou os assistidos que aguardavam atendimento nas Unidades I e II da Defensoria Pública na Capital, a refletirem sobre a paternidade. A atividade, que aconteceu no dia 08.08.2016, abriu as palestras do Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania” de agosto, mês em que se celebra o Dia dos Pais.

Com a proposta de despertar para a responsabilidade da paternidade e seus deveres, a defensora Eliane Medeiros forneceu um breve panorama da legislação brasileira referente ao tema, destacando o princípio da igualdade pelo homem e pela mulher no exercício, do poder parental.

Após debater com os assistidos sobre o que é ser pai, a defensora pública convidou-os à reflexão: “eu estou exercendo meu papel de pai?”



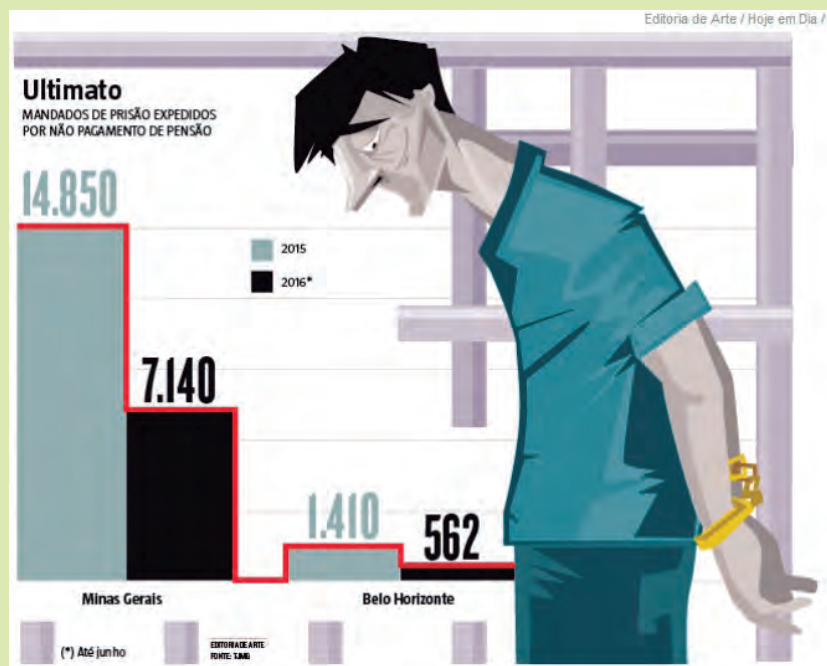
A coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar (à direita), apresentou a palestrante do dia e coordenadora do Projeto “Sala de Espera”, Eliane Medeiros (à esquerda)

## DPMG na mídia

### Defensor público concede entrevista ao jornal *Hoje em Dia* sobre pedidos de prisão no caso de não pagamento da pensão alimentícia

O defensor público Lucas de Ávila Chaves Borges, em atuação na 6ª Vara de Família da Comarca de Belo Horizonte, concedeu entrevista ao jornal *Hoje em Dia*, em reportagem sobre a demanda por pedidos de prisão nos casos de não pagamento de pensão alimentícia, publicada na edição do dia 10.08.2016.

**Veja a reportagem.**



## Homenagem

### Defensor público recebe título de Cidadão Honorário de Varginha

A chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Luciana Leão Lara, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na cerimônia de entrega do título de Cidadania Honorária de Varginha ao defensor público Rodrigo Murad do Prado, ocorrida na Câmara Municipal da cidade, no dia 09.08.2016. A homenagem foi uma iniciativa do vereador Zacarias Piva.

Rodrigo Murad Prado atua na Defensoria Pública da comarca de Varginha desde janeiro de 2014. Filho do juiz Ruy Vitor do Prado, que dá nome ao Fórum da cidade, o defensor público possui também título de Cidadão Honorário concedido pelo município de Três Pontas.

Em seu discurso, Rodrigo Murad agradeceu a homenagem, ressaltando que o reconhecimento pelo Legislativo Municipal, aumenta “a responsabilidade em procurar servir à coletividade e exaltar as tradições de Varginha”. Destacou que “a presença de cada um e as mensagens múltiplas que recebi daqueles que não puderam comparecer é outra razão de grande alegria para mim e meus familiares”. O defensor público citou ainda o exemplo do seu pai, o

juiz Ruy Vitor do Prado, lembrando que, seguindo a carreira paterna, ingressou por concurso público na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Por sua vez, a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara, destacou, na honraria, o trabalho realizado pela Defensoria Pública em defesa da cidadania e agradeceu a homenagem ao defensor público.

Presentes à solenidade os coordenadores, Regional Circuito das Águas, Diléa Maria Chaves Reis Teixeira, e Local, de Varginha, Márcio Salgado, os defensores públicos, Eline Viviane Marcelo, e Juliano de Oliveira Santos, ambos em atuação em Varginha, e Gustavo Trindade Pimenta, em atuação em Três Pontas, além do representante da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG) Flavio Wandek, além de familiares do homenageado e autoridades municipais, estaduais e federais.

O homenageado, Rodrigo Murad Prado e a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara



A chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara durante discurso na Câmara Municipal de Varginha



A homenagem reuniu na Câmara de Varginha colegas de trabalho e amigos de Rodrigo Murad



## Visitas ao Gabinete

### Defensoria-Geral recebe visita de cortesia de defensores de Ipatinga

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, em seu gabinete, visita de cortesia dos defensores públicos Vinícius Paulo Mesquita, Alexandre Santos, Mônica Silva, Marcos Macedo e Le-

tícia Cunha, em atuação na comarca de Ipatinga, no dia 29 de julho. Também participaram da reunião os assessores institucionais, Cibele Maffia Lopes e João Paulo Torres.



Da esquerda para a direita: os assessores Institucionais, João Paulo Torres e Cibele Maffia Lopes; as defensoras públicas Letícia Cunha e Mônica Silva; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o coordenador Local em Ipatinga, Vinicius Paulo Mesquita, e os defensores públicos, Marcos Guilherme Eliseu Macedo e Alexandre Heliodoro Santos

### DPG recebe visita de defensoras de João Monlevade

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, em seu gabinete, as defensoras públicas Renata Martins de Souza, Renata Afonso Godinho e Jeanne Maria Lopes de Carvalho, em atuação

na Comarca de João Monlevade, dia 29 de julho, para tratar de assuntos institucionais. Também participaram da reunião os assessores institucionais, Cibele Cristina Maffia Lopes e João Paulo Torres Dias.



Da esquerda para a direita: A defensora Jeanne Carvalho; o assessor institucional, João Paulo Torres; a defensora pública-geral, Christiane Neves Malard; a assessora institucional, Cibele Maffia; a coordenadora Local de João Monlevade, Renata Martins, e a defensora pública Renata Godinho



Continuação | VISITAS AO GABINETE

## Defensora-geral e defensores em atuação em Uberlândia fazem reunião de trabalho

No dia 03 de agosto, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu em seu gabinete o coordenador da Regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves da Cunha, e o defensor público, Gustavo Ramos; ambos em atuação em Uberlândia.

Participaram também da reunião as assessoras Institucionais, Diana de Lima Prata Camargos e Cibele

Cristina Maffia Lopes.

Durante o encontro, foram tratadas questões institucionais relativas à comarca, discutidos projetos em andamento e traçadas estratégias para a construção da sede própria da Defensoria Pública em Uberlândia, que servirá de modelo para todas as unidades do Estado.



**Assessoras Institucionais, Diana de Lima Prata Camargos e Cibele Cristina Maffia Lopes; defensora-geral, Christiane Malard; defensor público, Gustavo Ramos; e o coordenador da Regional Triângulo II, Evaldo da Cunha**

---

BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional  
Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom

